



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Celulares nas escolas

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



O presidente da República deve sancionar na próxima segunda-feira, 13 de janeiro, a lei que disciplina o uso de celulares e aparelhos eletrônicos nas escolas públicas e privadas de todo o País. A proposta, de autoria do deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB), foi aprovada pela Câmara Federal e pelo Senado em dezembro, após nove anos tramitando no Congresso Nacional, e será regulamentada pelo MEC.

Marco para a educação

“Será um marco para a educação brasileira na era digital. A tecnologia é imprescindível para o aprendizado, mas requer um conjunto de regras para que não seja um instrumento dispersivo. Foi uma proposta muito bem concebida, e tenho certeza que está à altura do que os pais e toda a comunidade escolar esperam para nossas crianças e jovens”, celebra o deputado Alceu Moreira.

Permitido para fins pedagógicos

Pela nova lei, o uso de celular passa a ser proibido no ambiente escolar, inclusive nos recreios e intervalos, sendo permitido para fins pedagógicos. Já o porte será vedado apenas para os alunos da educação infantil e dos anos iniciais, com exceção para os casos de acessibilidade, inclusão e condições de saúde.

Agrado ao STF e militares

No evento que marcou os dois anos dos ataques de 8 de janeiro, na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou, em pronunciamento no Palácio do Planalto, a importância da democracia e ressaltou a necessidade de punição aos envolvidos na tentativa de ruptura da ordem democrática, além de manifestar um agrado ao Supremo e aos militares.

Sentimento golpista

O cientista político Leandro Consentino, professor do Insper, comentou a manifestação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, de que o sentimento golpista no País ainda não está vencido. Ele afirmou que, “sem dúvida nenhuma, existem ainda pessoas, e tem focos importantes que não querem ver a democracia plenamente realizada no Brasil, mas é importante a gente não generalizar isso sobre Forças Armadas ou sobre apoiadores de determinados candidatos”.

Lula fala em soberania do País após anúncio da Meta

Presidente se manifestou sobre o fim do programa de checagem de fatos

/ LEGISLAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que fará uma reunião para discutir as novas regras anunciadas pela multinacional Meta, empresa de tecnologia que controla o Facebook, Instagram e WhatsApp, para o funcionamento dessas redes sociais.

“O que nós queremos, na verdade, é que cada país tenha sua soberania resguardada. Não pode um cidadão, não pode dois cidadãos, não pode três cidadãos acharem que podem ferir a soberania de uma nação”, afirmou Lula no Palácio do Planalto, enquanto visitava a galeria de ex-presidentes, que fica no térreo do prédio, e foi reinaugurada há poucos meses.

Na terça-feira, o dono da Meta, o bilionário norte-americano Mark Zuckerberg, anunciou as novas diretrizes de moderação de conteúdo das redes sociais e ressaltou que vai se aliar ao governo do presidente eleito dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, para pressionar países que buscam regular o ambiente digital. Entre as alterações, estão o fim do programa de checagem de fatos que verifica a veracidade de informações que circulam nas redes, o fim de restrições para assuntos como migração e gênero, e a promoção de “conteúdo cívico”, entendido como informações com teor político-ideológico.



ASKARIM/SHUTTERSTOCK/REPRODUÇÃO/JC

Empresa de tecnologia controla Facebook, Instagram e WhatsApp

“Eu acho que é extremamente grave as pessoas quererem que a comunicação digital não tenha a mesma responsabilidade de um cara que cometa um crime na imprensa escrita. É como se um cidadão pudesse ser punido porque ele faz uma coisa na vida real e pudesse não ser punido porque ele faz a mesma coisa na digital”, comentou Lula sobre o impacto das mudanças.

Até o momento, a nova política de moderação da Meta vale para os EUA, mas deverá se estender para outros países.

Antes do comentário do presidente, o novo ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Sidônio Palmeira, já havia criticado as novas regras, que na sua avaliação causarão prejuízo à democracia.

Na mesma linha, o secretário de Políticas Digitais da Secom, João Brant, afirmou que a decisão da Meta sinaliza de forma explícita que a empresa não aceita a soberania dos países sobre o funcionamento do ambiente digital, em uma antecipação de ações que serão tomadas pelo governo de Donald Trump, que toma posse no dia 20 de janeiro.

Ainda na quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou que a Corte “não vai permitir que as big techs, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas, dolosa ou culposamente, ou ainda somente visando lucro, instrumentalizadas para ampliar discursos de ódio, nazismo, fascismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos”.

Governo deve fazer mudanças pontuais, diz Alckmin

/ GOVERNO FEDERAL

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deva fazer uma reforma ministerial, mas apenas “mudanças pontuais” na Esplanada. Em meio às incertezas sobre a continuidade do ministro da Defesa, José Múcio, no governo, Alckmin elogiou o trabalho do chefe da Pasta e afirmou que Múcio pode continuar no cargo.

“Não acredito que o presidente Lula vá fazer uma reforma ministerial, acho que ele fará mudanças pontuais, como fez na

área da comunicação do governo”, afirmou o vice-presidente, em entrevista à Rádio Eldorado nesta quinta-feira.

Nesta semana, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, comunicou sua saída do cargo para dar lugar ao publicitário Sidônio Palmeira. De acordo com Pimenta, Lula quer um perfil diferente do seu na Secom.

Na fala, Alckmin aproveitou para elogiar o trabalho feito por Múcio à frente da Defesa, pontuando o desempenho na “pacificação” das Forças Armadas.

No final do ano passado, Mú-

cio voltou a dizer a Lula que considerava ser a hora de deixar o governo, alegando que a família o queria mais por perto.

“Eu sei que isso, trabalho no governo pode sacrificar um pouco a família, enfim, mas é um trabalho importante que deveria continuar. Então vamos aguardar, eu acho que o José Múcio faz um bom trabalho e pode continuar”, disse Alckmin.

Questionado se aceitaria o cargo na Defesa, caso fosse convidado, o vice-presidente respondeu: “Missão é missão, mas o meu candidato a ministro da Defesa chama-se José Múcio.”

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade